

**BREVE ANÁLISE
ECONÓMICO-FINANCEIRA
DO MUNICÍPIO DE PORTIMÃO –
NOVEMBRO DE 2015**



Portimão
Câmara Municipal

Introdução

O presente relatório sintetiza a situação económico-financeira do Município de Portimão relativamente a Novembro de 2015, subdividido em vários capítulos de indicadores.

Do ponto de vista orçamental:

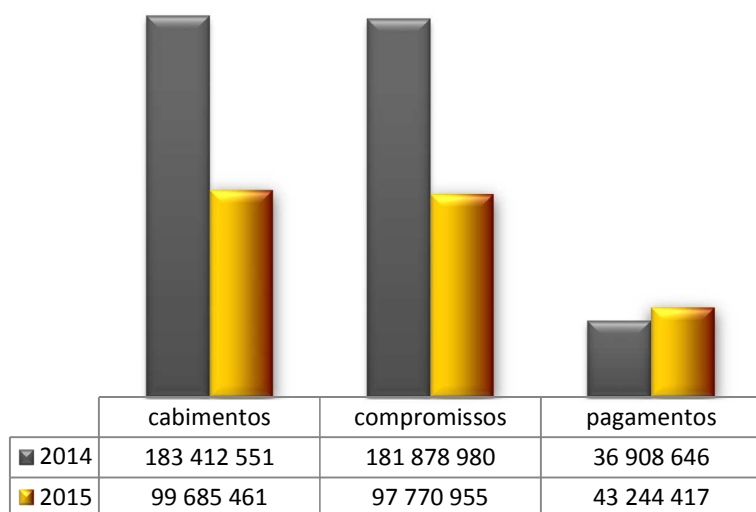
Até ao mês de Novembro, foram efetuados **cabimentos** no montante de **99.685.461,03€**, os quais, representam cerca de **51,4%** do valor total do orçamento da despesa para 2015 (**193.873.058€**), valor do orçamento aprovado pela Assembleia Municipal.

Acresce, que os cabimentos registaram um decréscimo na ordem dos **-45,65%** (**menos 83.727.090€**) relativamente ao mesmo período de 2014.

Quanto ao montante de **compromissos**, ascenderam a **97.770.954,90€**, representando cerca de **50,4%** do total do orçamento da despesa para 2015.

Face ao período homólogo de 2014, registou-se um decréscimo na ordem dos **-46,2%** (**menos 84.108.025€**).

Esta situação só foi possível pela adaptação da aplicação informática a esta nova realidade.

BALANCETE DA DESPESA - Novembro 2014/2015

Os cabimentos e os compromissos assumidos registados até Novembro de 2015, foram em grande parte, resultado de compromissos assumidos em anos anteriores, com reflexos extremamente fortes no Orçamento das Despesas de 2015, bem como, no cálculo dos Fundos Disponíveis para assunção de novos compromissos.

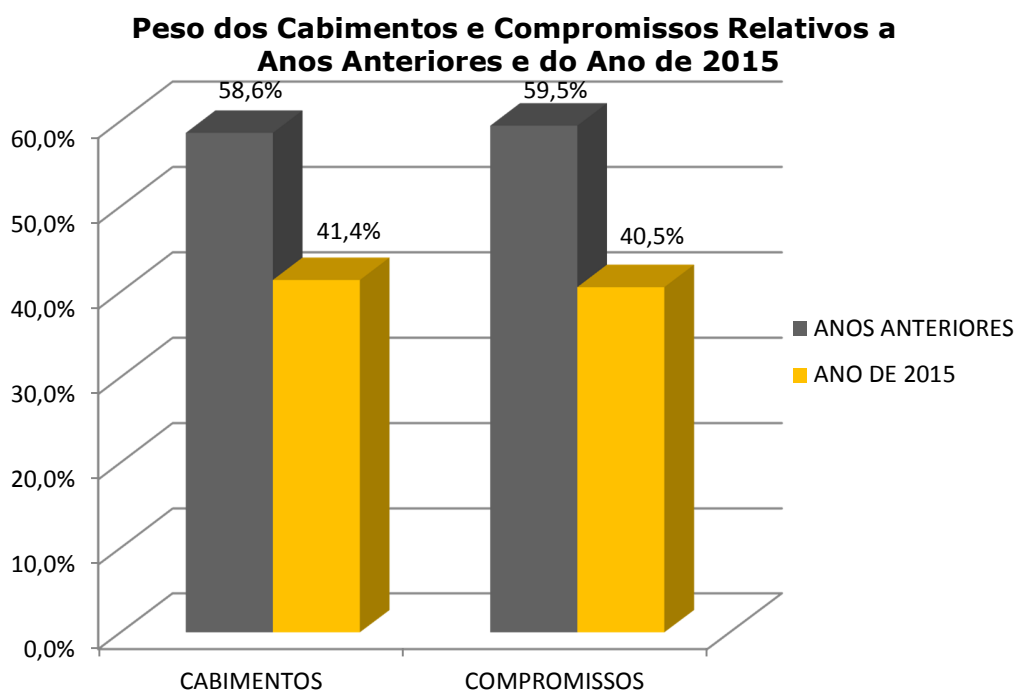
De facto, os cabimentos transitados, representam cerca de **58,6% do total cabimentado em**

Novembro de 2015 (58.434.823€), enquanto que os compromissos transitados representam cerca de **59,5% do total dos compromissos registados em Novembro de 2015 (58.131.391€)**.

PESO DOS CABIMENTOS E COMPROMISSOS RELATIVOS A ANOS ANTERIORES E DO ANO DE 2015

Un: euros

	TOTAL	EXECUÇÃO ORÇAMENTO 2015	ANOS ANTERIORES	%	ANO DE 2015	%
CABIMENTOS	99 685 461	51,42%	58 434 823	58,62%	41 250 638	41,38%
COMPROMISSOS	97 770 955	50,43%	58 131 391	59,46%	39 639 564	40,54%
ORÇAMENTO PARA 2015	193 873 058					



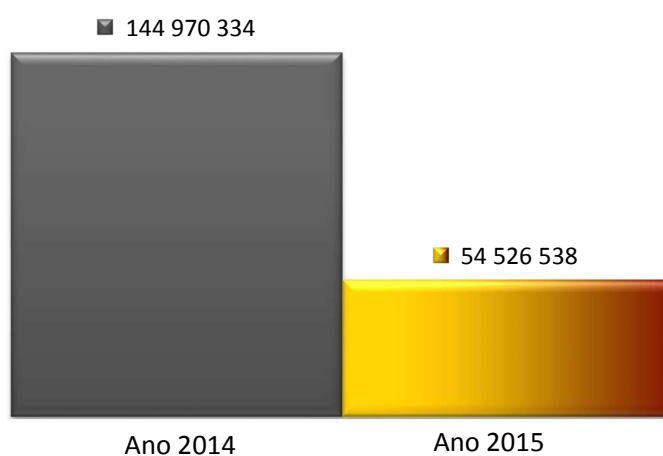
Por seu lado, o montante de compromissos assumidos e não pagos atingiram no final de Novembro de 2015, os 54.526.538€, quando no período homólogo de 2014, tinha alcançado os 144.970.334€, menos 90.443.797€ (-62,4%), conforme gráfico seguinte. Apesar de este índice ainda apresentar valores muito elevados, regista-se uma evolução muito positiva face ao período homólogo, o que demonstra o esforço de, por um lado melhorar o rigor da realização da despesa e por outro, uma melhoria na disponibilidade de tesouraria que permite reequilibrar as responsabilidades em dívida.

Estes decrescimos face ao ano anterior tanto nos cabimentos, nos compromissos e nos compromissos

assumidos e não pagos, são explicados pela alteração metodologica introduzida e aplicada no mês de Outubro, para o cálculo dos fundos disponiveis refletindo contabilisticamente os acordos de pagamento no ano corrente e em anos seguintes.

Como anteriormente referido, os compromissos até Novembro de 2015 atingiram os 97.770.955€, dos quais, 58.131.391€ (59,5% do total), dizem respeito a anos anteriores e 39.135.177€ (40,5% do total), ao exercício de 2015.

EVOLUÇÃO DOS ENCARGOS ASSUMIDOS E NÃO PAGOS NOVEMBRO DE 2014/2015



Por seu lado, o montante de faturas registadas no Município até ao fim do mês em análise de 2015, ascendeu a 158.854.087€, dos quais na realidade, 131.828.601€ (82,7% do total), são referentes a exercícios anteriores e 27.506.569€ (17,3% do total), são do ano de 2015, de referir que valores faturados em anos anteriores foram reflectidos para anos futuros conforme mencionado anteriormente, e resultado da nova metodologia contabilistica resultante da celebração de acordos de regularização da divida.

Até Novembro de 2015, foram feitos pagamentos no montante de 43.244.417€, dos quais, 24.066.459€ (55,7% do total), dizem respeito ao ano em curso e 19.177.959€ (44,3% do total), a anos anteriores, conforme consta nos quadros seguintes.

Por outro lado, ao nível da contabilização dos compromissos assumidos pelo Município de Portimão, e como anteriormente já referido, 58.131.391€, estão contabilizados no próprio exercício, com fortes reflexos no cálculo dos Fundos Disponíveis. Os restantes compromissos assumidos e não pagos que fazem parte de acordos celebrados entre o Município e os seus credores estão espelhados em

exercícios seguintes.

Estes decrescimos face ao ano anterior, são explicados pela alteração metodológica aplicada ao cálculo dos fundos disponíveis refletindo contabilisticamente os acordos de pagamento no ano corrente e em anos seguintes, conforme as responsabilidades acordadas.

Esta situação só foi possível pela adaptação da aplicação informática a esta nova realidade.

Contudo, 105.671.601,10€, são compromissos contabilizados em exercícios futuros. Este montante diz essencialmente respeito, a compromissos do Município com amortizações de capital dos empréstimos de médio e longo prazo a vencerem-se nos próximos exercícios económicos de acordo com os respetivos planos de amortização, a contratos de prestação de serviços, a contratos-programa, a protocolos ou outros instrumentos de carácter plurianual e ainda dos acordos de regularização da dívidas.

EXECUÇÃO DOS COMPROMISSOS - NOVEMBRO DE 2015

COMPROMISSOS	DE ANOS ANTERIORES	DO ANO	TOTAL
REQUISITADOS / ASSUMIDOS	58 131 391 €	39 639 564 €	97 770 955 €
FATURADOS	131 828 601 €	27 506 569 €	159 335 170 €
PAGOS	19 177 959 €	24 066 459 €	43 244 417 €

CONTABILIZAÇÃO DOS COMPROMISSOS - NOVEMBRO DE 2015

COMPROMISSOS	MONTANTE CONTABILIZADO
DE ANOS ANTERIORES	58 131 390,63 €
DO ANO	39 639 564,27 €
TOTAL CONTABILIZADO NO EXERCÍCIO	97 770 954,90 €
ANOS SEQUINTE	105 671 601,10 €
TOTAL CONTABILIZADO NO EXERCÍCIO + EXERCÍCIOS FUTUROS	203 442 556,00 €

Apesar da inversão da tendência, ainda se verifica um elevado montante de compromissos assumidos e não pagos. Esta realidade demonstra claramente as dificuldades de tesouraria que o Município de Portimão atravessou nos últimos cinco anos.

Esta evolução significativamente positiva nos montantes dos cabimentos e compromissos do exercício, representa uma inversão na metodologia da execução orçamental do Município de Portimão à qual não serão alheias, as medidas de contenção da despesa implementadas pelo executivo municipal, a

vinculação ao plano de Ajustamento Financeiro aprovado pela Assembleia Municipal de Portimão e ainda à aplicação da lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso.

EVOLUÇÃO DA RECEITA

A receita até Novembro de 2015, registou um acréscimo absoluto de cerca de 4,7 milhões de euros (+12,5%), face ao mesmo período de 2014.

Face ao orçamentado de receita para 2015, registou-se uma execução na ordem dos **22% (42.672.026€)**, com uma distribuição relativa dos valores acumulados até Novembro: de **57,5% de Impostos Diretos, 17,3% de Transferências Correntes, 10,6% Ativos Financeiros, 5,7% Rendimentos de Propriedade, 2% de Impostos Indiretos, 1,8% de Outras Receitas Correntes e de 5% correspondendo ao somatório dos valores residuais das restantes rubricas**. Os **Impostos Diretos** até ao mês de Novembro, tiveram a seguinte distribuição; **71,3% Imposto Municipal sobre Imoveis, 5,5% Imposto Único de Circulação, 20,2% Imposto Municipal sobre Transmissão de Imoveis e 2,9% para a Derrama**.

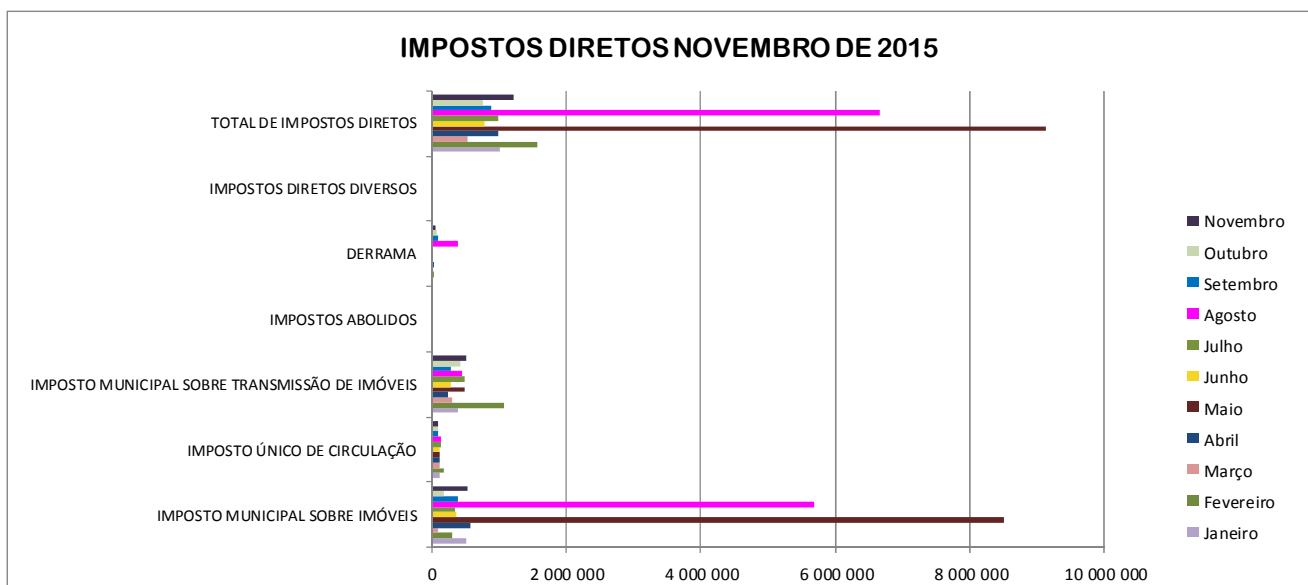
Citando o Anuário Financeiro (2014) destaca-se que os Impostos Diretos são repartidos por: 60,5% IMI (Imposto Municipal sobre Imoveis), 20,1% IMT (Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imoveis), 10,3% IUC (Imposto Único de Circulação), 8,8% Derrama e 0,3% Impostos Abolidos.

Numa análise mais pormenorizada, podemos constatar que no total das receitas, 87% correspondem a "Receitas Correntes" (84,7% foi a média para todos os municípios em 2014). No total destas, 66,1% dizem respeito à rubrica de "Imposto Diretos".

Assim, verificamos pela apreciação do gráfico, que foi no mês de Maio que o IMI teve a sua maior receita com cerca de 8,5 milhões de euros (7,9 milhões de euros no período homólogo de 2014), ocorrendo neste mês uma receita de IMI em cerca de 544,8 mil euros (738 mil euros em período homólogo de 2014), sendo este que contribuiu para 71,3% da receita do total dos "Impostos Directos". O município arrecada o produto do IMI no mês subsequente ao do pagamento. O mês de Fevereiro, registou nas rubricas de "Imposto Único de Circulação" e de "Imposto Municipal sobre Transmissão de Imoveis", a sua maior receita absoluta do ano. Foi no mês de Agosto, que a "Derrama" registou o maior volume de receita com cerca de 384,2 mil euros.

O seguinte gráfico demonstra a evolução e a contribuição das várias rubricas no total da receita corrente ao longo do ano. Foi, a rubrica de "Impostos Diretos" que representou a maior contribuição para as receitas do Município com pequenas oscilações mensais excetuando-se o mês de Maio e

Agosto. Durante o mês de Novembro as componentes de “Impostos Diretos” tiveram a seguinte distribuição: **44,8% Imposto Municipal sobre Imóveis, 8,2% Imposto Único de Circulação, 42,8% Imposto Municipal sobre Transmissão de Imóveis e 4,1% para a Derrama.**



O mês de Julho obteve o maior registo de receitas para os “Impostos Indiretos”, com cerca de 106 mil euros. Relativamente às “Taxas, Multas e Outras Penalidades” foi durante o mês de Agosto que se registou o maior volume desta receita com cerca de 81,8 mil euros.

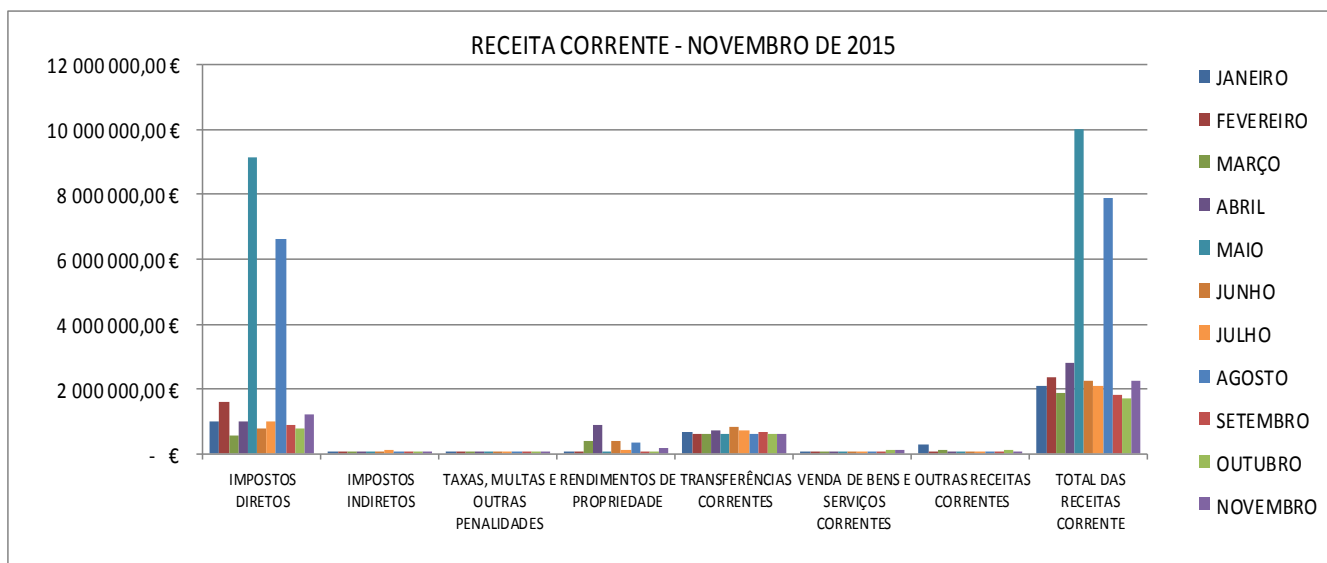
Quanto às receitas de “Rendimentos de Propriedade”, foi em Abril que se registou a receita mais elevada com cerca de 900,9 mil euros, resultado da distribuição dos dividendos por parte das empresas participadas pelo Município de Portimão.

No que diz respeito às “Transferências Correntes”, em Julho representou o maior volume de arrecadação de receita, na ordem dos 843,9 mil euros. No mês de Outubro as “Vendas de Bens e Serviços Correntes” registaram o valor máximo de 111,2 mil euros, contribuindo para isso o bom desempenho da prestação de serviços e o aluguer de espaços e equipamentos.

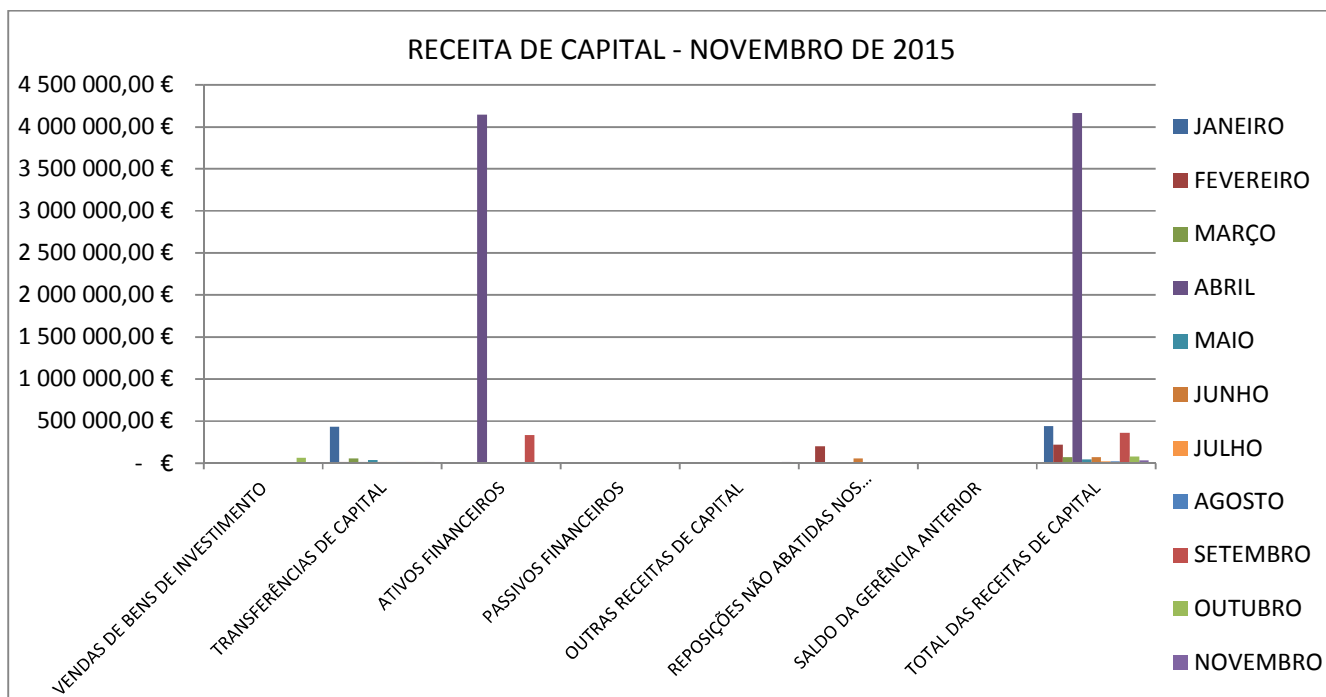
Por último, na rubrica “Outras Receitas Correntes” verificou-se uma oscilação média dos 90 mil euros, muito inferior ao arrecadado no início do ano, em cerca de 262,7 mil euros.

Na globalidade, o mês Maio foi onde se registou o maior volume de receita arrecadada mensal, aproximando-se a este valor o mês de Agosto, contribuindo para tal, fundamentalmente a receita na rubrica de “Impostos Diretos”, nomeadamente, a arrecadação da receita de IMI.

BREVE ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA DO MUNICÍPIO DE PORTIMÃO – NOVEMBRO DE 2015

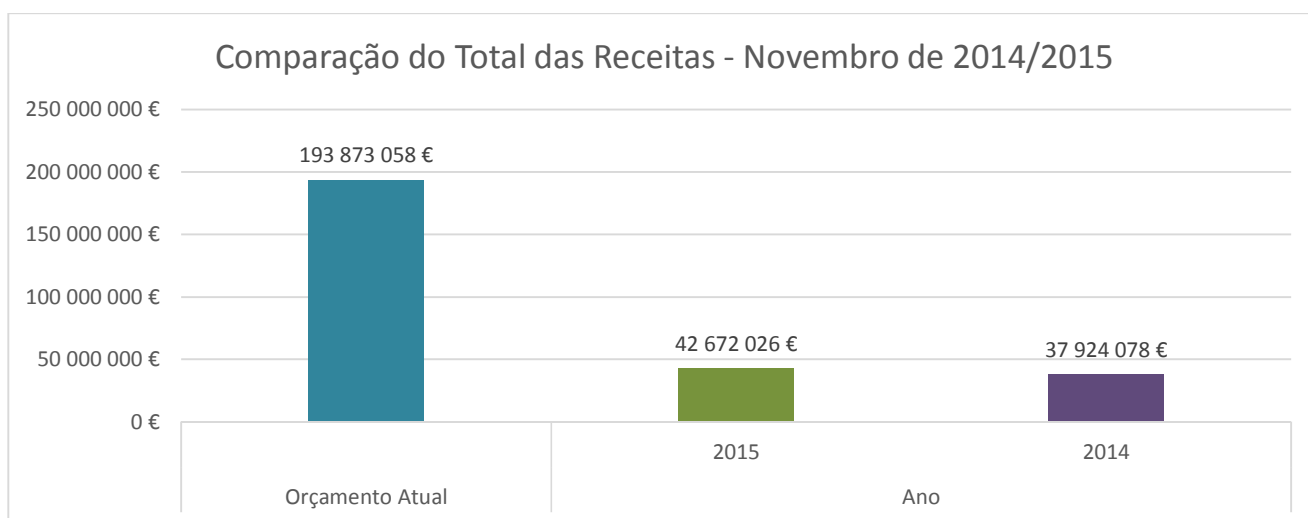
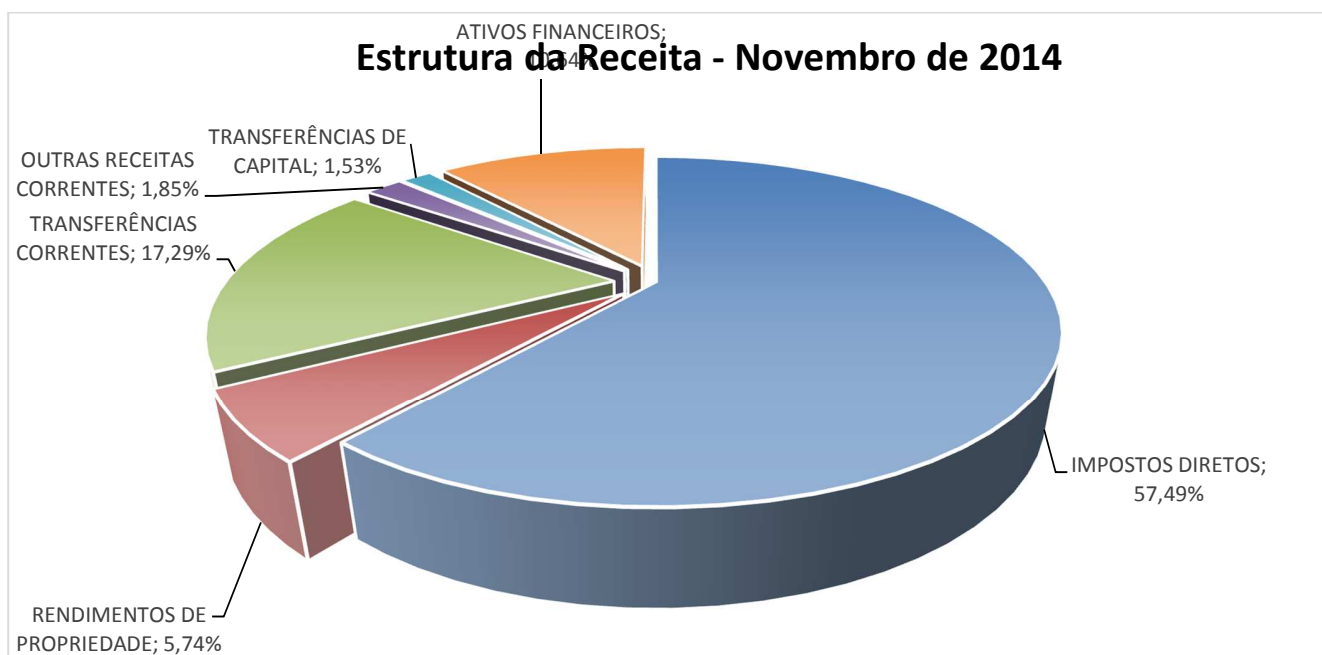


O gráfico infra representa a evolução das receitas de capital registadas até Novembro de 2015. Assim a rubrica de “Vendas de Bens de Investimento”, registou no mês de Outubro o valor máximo de cerca de 60,7 mil euros com venda de terrenos. Relativamente às “Transferencias de Capital”, foi no mês de Janeiro que se registou o valor mais elevado, motivado pela transferencia de participações comunitários no valor de 417,7 mil euros. Nos restantes meses do ano, os valores mantiveram-se estaveis, com uma receita mensal média de cerca de 16 mil euros.



No que diz respeito aos “Ativos Financeiros”, ocorreu em Abril a arrecadação da transferência de redução do capital social da EMARP, E.M., medida prevista em sede do PAF, no valor de 4,1 milhões de euros.

Da análise destes onze meses do ano, verificou-se que no mês de Fevereiro, se registou a maior volume de receita arrecadada na rubrica de “Reposições não Abatidas nos Pagamentos”, com um valor de 200 mil euros. No global, continua a ser o mês de Abril, que registou o maior volume de receita de capital, com cerca de 4,1 milhões de euros, os quais, foram alavancados pela rubrica “Ativos Financeiros”, motivado pelo anteriormente descrito.



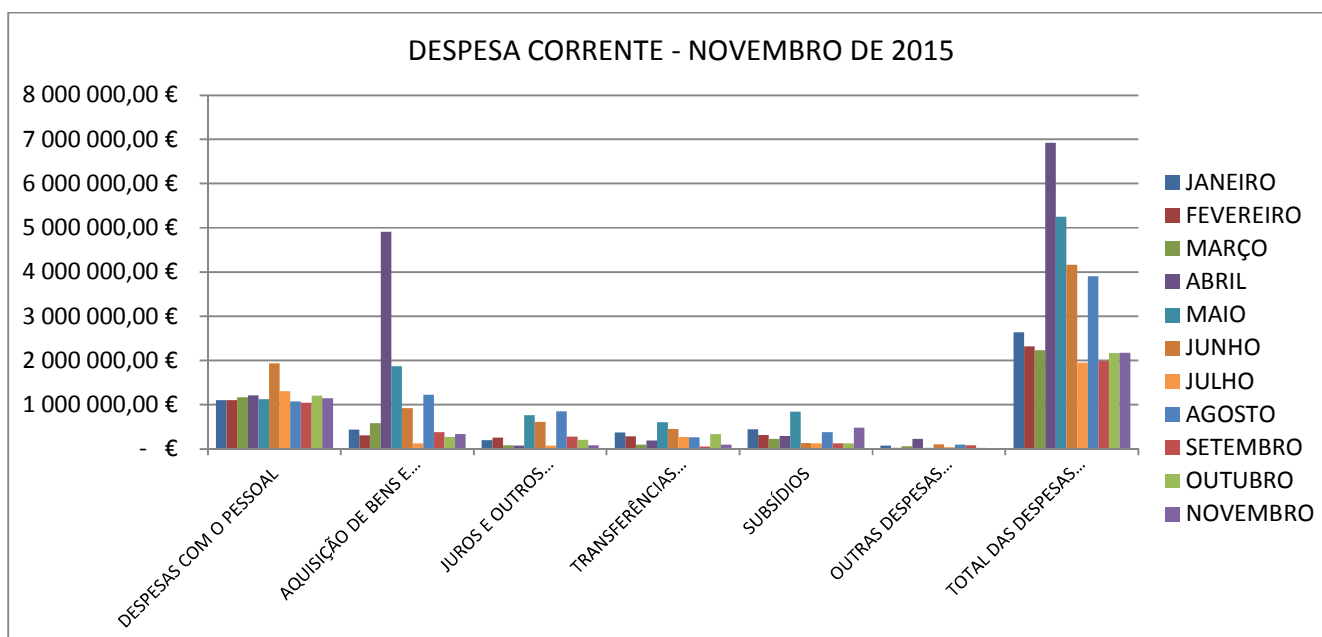
EVOLUÇÃO DA DESPESA

Ao nível da execução do Orçamento da Despesa, até ao mês de Novembro de 2015 comparativamente com o mesmo período do ano de 2014, registou-se um acréscimo na ordem dos 6,3 milhões de euros(+17,2%). Com uma despesa total de 43,2 milhões de euros, motivado pelo efeito de internalização de atividades da Portimão Urbis no Município de Portimão.

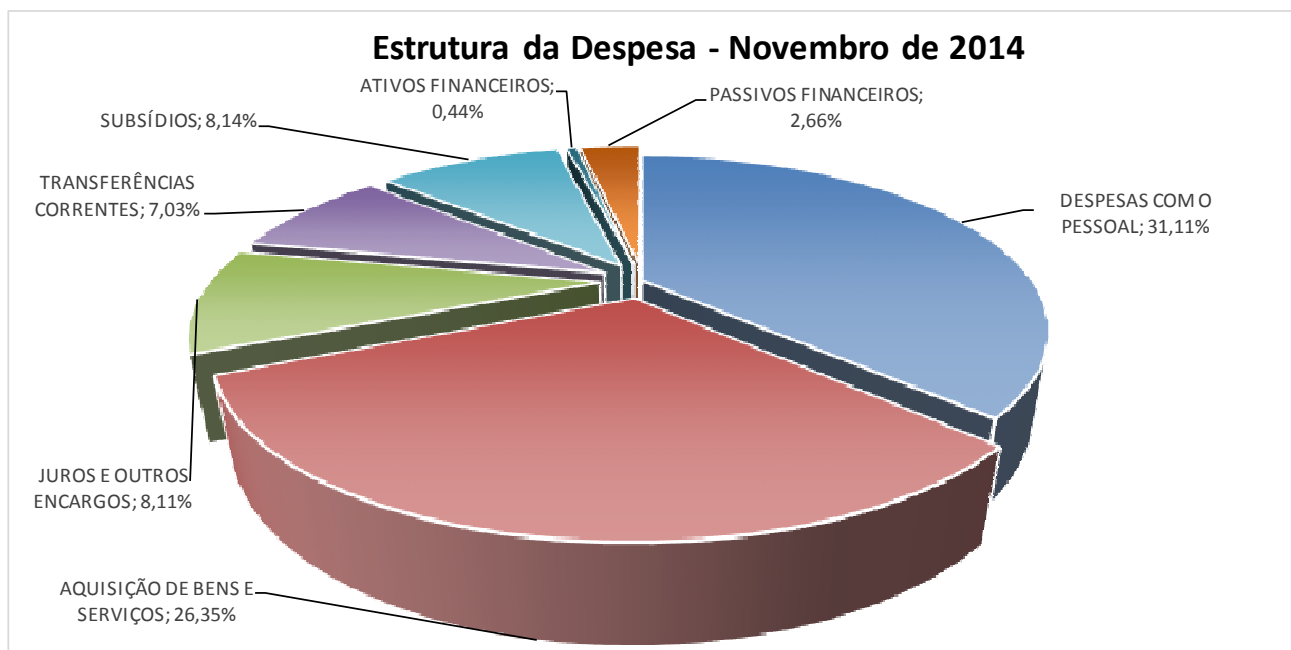
Da análise da despesa até 30 de Novembro, verifica-se que a Despesa Corrente alocou 82,6% (71% foi a média registada para todos os municípios em 2014) dos recursos financeiros, distribuindo-se pelas seguintes rubricas; Despesas com Pessoal 31,1% (30,9% média dos municípios), Aquisição de Bens e Serviços 26,3% (28,2% média dos municípios), Juros e Outros Encargos 8,1% (1,8% média dos municípios), Subsídios 8,1% (1,4% média dos municípios), Transferências Correntes 7% (7,3% média dos municípios), e Outras Despesas Correntes 1,9% (1,3% média dos municípios).

O Total da Despesa Corrente é essencialmente suportado pelo somatório das “Despesas com Pessoal” e “Aquisição de Bens e Serviços”, as quais perfazem cerca de 57,5% do Total das Despesas Correntes. Durante o período em análise, foi em Abril, que se registou o maior volume de despesa, contribuindo para isso, a liquidação de faturas em atraso com valores até 50 mil euros, crescendo significativamente a rubrica de “Aquisição de Bens e Serviços” e “Outros Despesas Correntes”. As rubricas “Transferências Correntes” e “Subsídios” registaram no mês de Maio o maior volume de despesa. Já em Agosto registou-se a maior despesa na rubrica de “Juros e outros Encargos”.

Por outro lado, foi no mês de Junho que se registou na rubrica “Despesas com Pessoal” o volume mais elevado da mesma, devido ao pagamento do subsídio de férias.



Durante o mês de Novembro, a Despesa Corrente atingiu os 2.271.408€, comparativamente com o mês homólogo de 2014 a mesma decresceu em cerca de 5,9% (-126.683€). Por seu lado e no que diz respeito à Despesa Corrente acumulada até Novembro de 2015, a mesma registou um crescimento em cerca de 25,5% (+ 7.252.335€) face ao período de 2014.

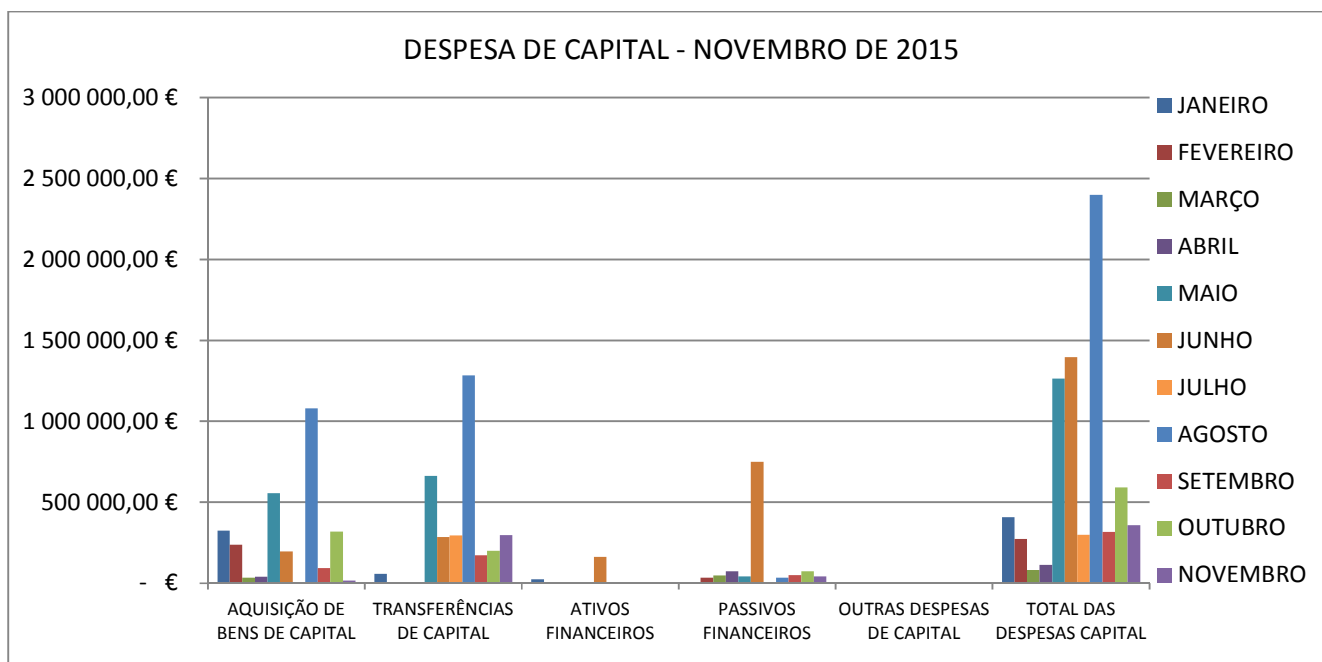


Relativamente à Despesa de Capital, esta representa cerca de 17,4% do Total da Despesa, contribuindo para isso as rubricas, de "Transferências de Capital" (7,5%) "Aquisições de Bens de Capital" (6,7%), Passivos Financeiros (2,7%). Nas restantes rubricas ("Ativos Financeiros" e "Outras Despesas de Capital"), a despesa foi praticamente nula.

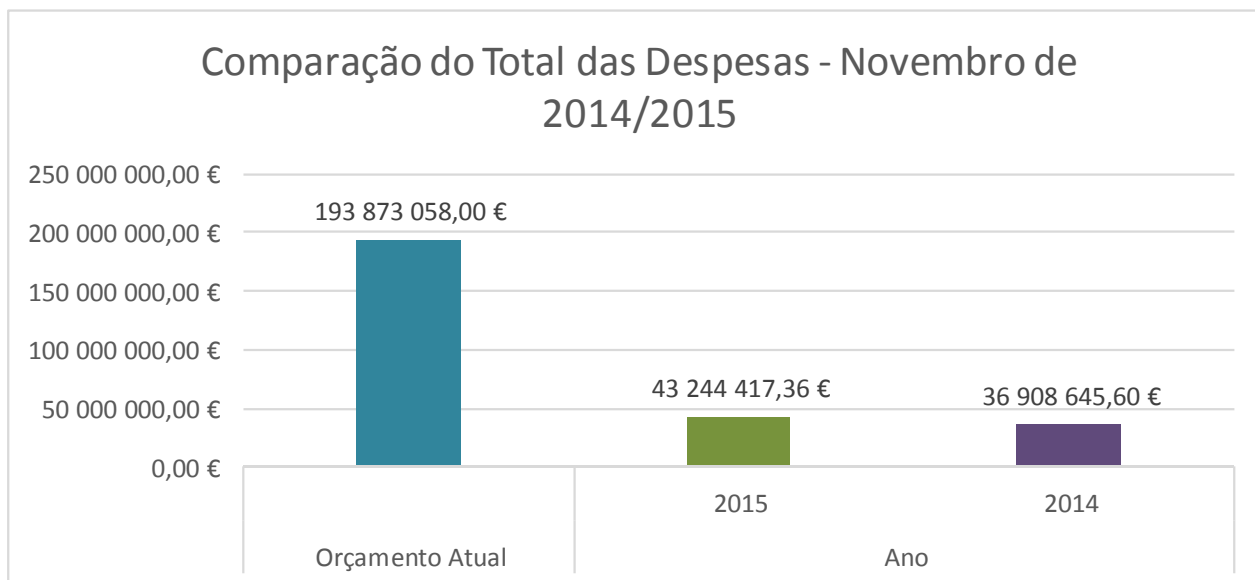
A fraca execução orçamental da despesa está fundamentalmente relacionada com o grande volume de dívida transitada.

Por seu lado, a Despesa de Capital acumulada até Novembro, comparativamente com o período homólogo de 2014, registou um decréscimo de 10,9% (-916.563€).

A Despesa de Capital de Novembro de 2015, comparativamente ao período homólogo de 2014, registou um acréscimo em cerca de 56% (+128.767€). No que concerne à Despesa Total (Despesa Corrente + Despesa de Capital) do período de Novembro, também se registou um acréscimo de cerca de 6,7% (+159.760€).



Por último, e mais uma vez registou-se uma forte correlação entre a receita arrecadada e a despesa paga.



ANÁLISE DOS DESVIOS DA RECEITA E DA DESPESA

A candidatura do Município de Portimão ao Fundo de Apoio Municipal, que ainda se encontra na fase negocial com a Comissão Executiva do FAM. Este instrumento financeiro, suporta fundamentalmente um conjunto de obrigações assumidas e transitadas (dívida acumulada) que se refletem nos montantes de dotação orçamental, de cabimentos, de compromissos, e nos Fundos Disponíveis do presente exercício económico.

Contudo, e tendo em conta que o PAM – Programa de Apoio Municipal, ainda não foi aprovado, a análise dos desvios da execução orçamental até Novembro de 2015 será baseada no Plano de Ajustamento Financeiro em vigor no Município de Portimão.

Nesta análise, foi utilizado o critério orçamental anual, mas também a repartição duodecimal (mensal) para se aferir o grau de execução das várias rubricas.

DESVIOS DA RECEITA

A execução do Orçamento da Receita, até Novembro de 2015, registou um baixo grau de execução, **na ordem dos 22% (42,7 milhões de euros arrecadados)**, menos 151,2 milhões de euros (considerando o critério anual) e + 2,5 milhões de euros considerando o critério duodecimal. A taxa de execução média dos municípios portugueses durante o ano de 2014 situava-se em 78,7% conforme anunciado no Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses.

A Receita Corrente, registou uma execução na ordem dos 89%, 37,1 milhões de euros, ficando abaixo do esperado para Novembro de 2015, em cerca de 3% arrecadando-se menos 1,1 milhões de euros face ao previsto (critério duodecimal). Segundo o Anuário, os municípios em 2014, independentemente da sua dimensão, apresentaram um elevado nível de execução de receita corrente, média de 95,1%.

No que diz respeito aos “Impostos Diretos”, verificou-se uma execução orçamental de cerca de 90,3% face ao orçamentado (critério anual), com uma execução mais precisa, na ordem dos 13% face ao mesmo período de 2014. Para tal, contribuiu a boa execução do “Imposto Municipal sobre Imóveis”, do “Imposto Municipal sobre Transmissões de Imóveis” e da “Derrama” e uma aproximação mais rigorosa do valor orçamentado ao valor real.

Ao nível do desempenho dos “Impostos Indiretos”, a execução até Novembro de 2015, aproximou-se do valor orçamentado para o ano corrente (94,9%).

Quanto à rubrica de “Rendimentos de Propriedade”, ficou abaixo do esperado (critério duodecimal) em cerca de 5,4%, sendo que teve uma execução de cerca de 86,7% (critério anual) com uma receita

de 2,4 mil euros.

Relativamente às rubricas “Transferências Correntes” e “Venda de Bens e Serviços Correntes”, e dado à sua natureza previsional, mantêm a sua estabilidade com uma execução de 91,4% e de 116,1% (critério anual), superando o esperado para o período e mesmo o anual.

Por ultimo, as rubricas “Taxas, Multas e outras Penalidade” e “Outras Receitas Correntes”, dado à sua natureza imprevisível, registaram uma fraca execução, com taxas na ordem dos 47,3% e 60,6% (critério anual).

Por seu lado, as Receitas de Capital, e não fugindo à regra dos anos anteriores, tiveram uma fraca execução orçamental, na ordem dos 3,6% do orçamentado (152.130.308,00€).

Recorde-se, que nestas rubricas estão inscritos os montantes de empréstimos expetáveis no âmbito do FAM, na ordem dos 142 milhões de euros, correspondendo a cerca de 73% do total de receitas orçamentadas, influenciando negativamente o total da execução da receita pois a mesma até ao mês corrente ainda não foi executada.

Acresce ainda, que a candidatura ao FAM –Fundo de Apoio Municipal, foi formalmente entregue a 18 de Março e que ainda se encontra em análise por parte da Comissão Executiva (período negocial).

Foi a rubrica de “Ativos Financeiros”, que influenciou positivamente as Receitas de Capital, nomeadamente com a operação de redução de capital da EMARP e subsequente transferência para o Município de Portimão no valor de 4.141.953,63€, com uma execução superior a 554,8% do orçamento anual.

Face ao período homólogo de 2014, esta rubrica registou um acréscimo de 3 milhões de euros.

ANÁLISE DOS DESVIOS DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA RECEITA ATÉ AO MÊS DE NOVEMBRO 2015

Un: euros

RECEITAS	DOTAÇÃO ORÇAMENTAL		EXECUÇÃO ORÇAMENTAL A 30/11/2015	GRAU DE EXECUÇÃO A 30/11/2015	DESVIO DE EXECUÇÃO			
	ANUAL	DUODECIMAL			VALOR FACE AO ANUAL	% FACE AO ANUAL	VALOR FACE AO MÊS NOVEMBRO	% FACE AO MÊS NOVEMBRO
RECEITAS CORRENTES								
01 IMPOSTOS DIRETOS	27 156 950,00	24 893 870,83	24 532 381,85	90,34%	-2 624 568,15	-9,66%	-361 488,98	-1,45%
02 IMPOSTOS INDIRETOS	891 679,00	817 372,42	845 723,92	94,85%	-45 955,08	-5,15%	28 351,50	3,47%
04 TAXAS, MULTAS E OUTRAS PENALIDADES	872 800,00	800 066,67	412 435,97	47,25%	-460 364,03	-52,75%	-387 630,70	-48,45%
05 RENDIMENTOS DE PROPRIEDADE	2 824 650,00	2 589 262,50	2 448 508,10	86,68%	-376 141,90	-13,32%	-140 754,40	-5,44%
06 TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	8 073 021,00	7 400 269,25	7 379 854,08	91,41%	-693 166,92	-8,59%	-20 415,17	-0,28%
07 VENDA DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES	623 050,00	571 129,17	723 387,00	116,10%	100 337,00	16,10%	152 257,83	26,66%
08 OUTRAS RECEITAS CORRENTES	1 300 600,00	1 192 216,67	788 611,32	60,63%	-511 988,68	-39,37%	-403 605,35	-33,85%
TOTAL RECEITAS CORRENTES	41 742 750,00	38 264 187,50	37 130 902,24	88,95%	-4 611 847,76	-11,05%	-1 133 285,26	-2,96%
RECEITAS DE CAPITAL								
09 VENDAS DE BENS DE INVESTIMENTO	59 350,00	54 404,17	73 119,12	123,20%	13 769,12	23,20%	18 714,95	34,40%
10 TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	1 102 258,00	1 010 403,17	652 979,93	59,24%	-449 278,07	-40,76%	-357 423,24	-35,37%
11 ATIVOS FINANCEIROS	818 050,00	749 879,17	4 538 489,98	554,79%	3 720 439,98	454,79%	3 788 610,81	505,23%
12 PASSIVOS FINANCEIROS	150 000 150,00	0,00	0,00	0,00%	-150 000 150,00	-100,00%	0,00	0,00%
13 OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	81 500,00	74 708,33	22 260,84	27,31%	-59 239,16	-72,69%	-52 447,49	-70,20%
15 REPOSIÇÕES NÃO ABATIDAS NOS PAGAMENTOS	69 000,00	63 250,00	254 274,01	368,51%	185 274,01	268,51%	191 024,01	302,01%
TOTAL RECEITAS DE CAPITAL	152 130 308,00	1 952 644,83	5 541 123,88	3,64%	-146 589 184,12	-96,36%	3 588 479,05	183,78%
TOTAL DAS RECEITAS	193 873 058,00	40 216 832,33	42 672 026,12	22,01%	-151 201 031,88	-77,99%	2 455 193,79	6,10%

DESVIOS DA DESPESA

Do ponto de vista da execução orçamental da Despesa, há que salientar que a mesma registou uma taxa de execução ligeiramente superior em 3 decimas à taxa de execução da receita.

Utilizando o critério anual determinou-se 22,3% de execução, ficando ainda por cumprir 77,7% do orçamentado (193.873.058€).

Comparativamente com período homólogo de 2014, o qual executou-se 20% do orçamentado (184.068.494€), verificou-se uma melhoria na execução orçamental aproximando-se a despesa executada com a prevista em 2%.

Esta taxa de execução da despesa situa-se em níveis muito baixos se compararmos com a taxa de execução média dos municípios portugueses que, em Dezembro de 2014, atingiu os 84,4% conforme apresentado no Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses.

A taxa de execução das Despesas Correntes aproximou-se dos 27,7%, contribuindo para isso as "Despesas com Pessoal", as "Outras Despesas Correntes", as "Transferências Correntes" e os "Juros e Outros Encargos" com respetivamente 73,5%, 51,8%, 48,7% e 30,1%.

Analisando na ótica da execução mensal (11 meses), verificaram-se, para todas as rubricas, taxas da execução significativamente mais baixa do que o exetável.

Quanto às Despesas de Capital, as quais, obtiveram uma execução anual residual de 11,6%, contribuindo para isso somente as rubricas de "Transferências de Capital", com 23,4%, de "Passivos

BREVE ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA DO MUNICÍPIO DE PORTIMÃO – NOVEMBRO DE 2015

Financeiros”, com 11% e de “Aquisição de Bens de Capital” com 9,8%.

As rubricas da classificação económica que registaram os mais baixos graus de execução orçamental, face ao inicialmente previsto para 2015, estão diretamente relacionadas com o pagamento de faturas ou documentos equivalentes, incluídas no instrumento financeiro do FAM.

ANÁLISE DOS DESVIOS DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA DESPESA ATÉ AO MÊS DE NOVEMBRO 2015

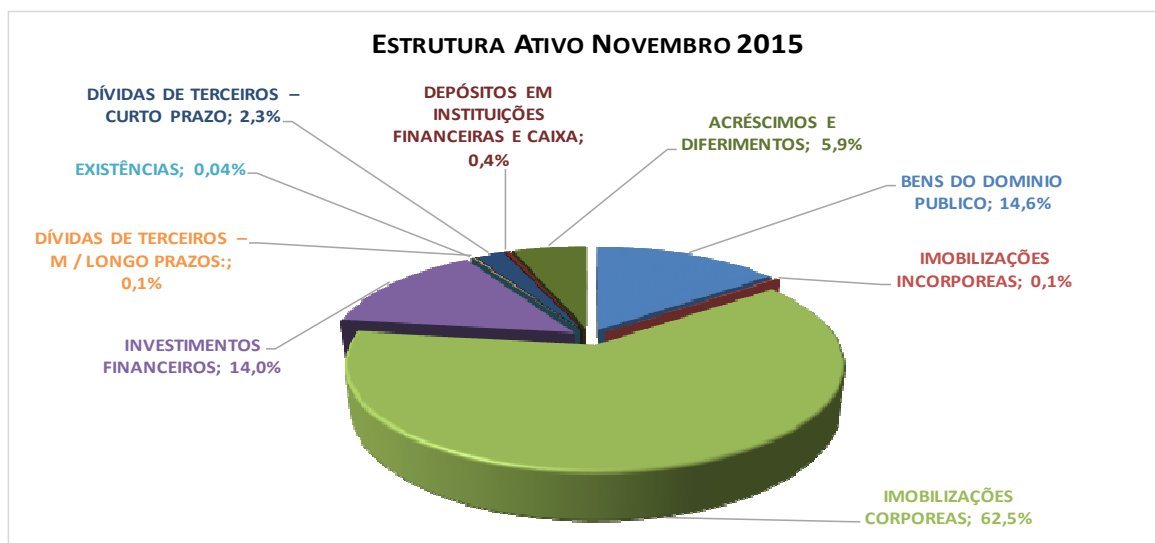
Un: euros

DESPESA	DOTAÇÃO ORÇAMENTAL		EXECUÇÃO ORÇAMENTAL A 30/11/2015	GRAU DE EXECUÇÃO A 30/11/2015	DESVIO DE EXECUÇÃO			
	ANUAL	DUODECIMAL			VALOR FACE AO ANUAL	% FACE AO ANUAL	VALOR FACE AO MÊS NOVEMBRO	% FACE AO MÊS NOVEMBRO
DESPESAS CORRENTES								
01 DESPESAS COM O PESSOAL	18 304 650,00	16 779 262,50	13 451 937,60	73,49%	-4 852 712,40	-26,51%	-3 327 324,90	-19,83%
02 AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	42 072 576,00	38 566 528,00	11 392 985,35	27,08%	-30 679 590,65	-72,92%	-27 173 542,65	-70,46%
03 JUROS E OUTROS ENCARGOS	11 638 855,00	10 668 950,42	3 509 014,71	30,15%	-8 129 840,29	-69,85%	-7 159 935,71	-67,11%
04 TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	6 247 969,00	5 727 304,92	3 041 781,43	48,68%	-3 206 187,57	-51,32%	-2 685 523,49	-46,89%
05 SUBSÍDIOS	49 309 659,00	45 200 520,75	3 518 371,21	7,14%	-45 791 287,79	-92,86%	-41 682 149,54	-92,22%
06 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1 588 700,00	1 456 308,33	823 240,80	51,82%	-765 459,20	-48,18%	-633 067,53	-43,47%
TOTAL DESPESAS CORRENTES	129 162 409,00	118 398 874,92	35 737 331,10	27,67%	-93 425 077,90	-72,33%	-82 661 543,82	-69,82%
DESPESAS DE CAPITAL								
07 AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL	29 729 676,00	27 252 203,00	2 908 983,18	9,78%	-26 820 692,82	-90,22%	-24 343 219,82	-89,33%
08 TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	13 901 619,00	12 743 150,75	3 256 159,13	23,42%	-10 645 459,87	-76,58%	-9 486 991,62	-74,45%
09 ATIVOS FINANCEIROS	10 602 454,00	9 718 916,17	189 792,00	1,79%	-10 412 662,00	-98,21%	-9 529 124,17	-98,05%
10 PASSIVOS FINANCEIROS	10 470 900,00	9 598 325,00	1 152 151,95	11,00%	-9 318 748,05	-89,00%	-8 446 173,05	-88,00%
11 OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL	6 000,00	5 500,00	0,00	0,00%	-6 000,00	-100,00%	-5 500,00	-100,00%
TOTAL DESPESAS DE CAPITAL	64 710 649,00	59 318 094,92	7 507 086,26	11,60%	-57 203 562,74	-88,40%	-51 811 008,66	-87,34%
TOTAL DAS DESPESAS	193 873 058,00	177 716 969,83	43 244 417,36	22,31%	-150 628 640,64	-77,69%	-134 472 552,47	-75,67%

DO PONTO DE VISTA DA CONTABILIDADE PATRIMONIAL

Da análise comparativa do Balanço, do mês de Novembro de 2015, relativamente ao mesmo período de 2014 há a realçar as seguintes tendências:

- ✓ O Ativo Líquido Total diminuiu cerca de 2,2 milhões de euros, essencialmente pelo decréscimo de 4,7 milhões de euros relativos à rubrica de Dívidas de Terceiros de curto prazo pelo decréscimo de cerca de 1 milhão de euros da rubrica de Acréscimos e Diferimentos. No entanto, o Imobilizado registou um acréscimo de cerca de 3,9 milhões de euros em relação ao ano anterior, contribuindo para isso a cedência gratuita a favor do Município de duas frações autónomas destinadas a estacionamento de viaturas e estabelecimento comercial no valor total de 4,4 milhões de euros.
- ✓ O Ativo em Novembro de 2015 apresenta-se estruturado em termos relativos na seguinte forma: 91,2% corresponde ao Imobilizado (88% é a média dos municípios em 2014), os Bens do Domínio Público correspondendo a 14,6% (4,4% é a média dos municípios em 2014), Imobilizações Incorpóreas de 0,1% (0,1% é a média dos municípios em 2014), Imobilizações Corpóreas representa 62,5% (45% é a média dos municípios em 2014), Investimentos Financeiros 14% (4% é a média dos municípios em 2014), Existências 0,04% (0,3% é a média dos municípios em 2014), Dívidas a Receber 2,4% (2% é a média dos municípios em 2014), Disponibilidades 0,4% (3% é a média dos municípios em 2014) e Acréscimos e Diferimentos com 5,9% (3% é a média dos municípios em 2014).



- ✓ Ao nível dos Fundos Próprios, verificou-se um crescimento global em cerca de 8,5 milhões de euros. Esta variação espelha principalmente uma inversão na tendência com um apuramento de “Resultados Líquidos do Exercício” negativos de 367 mil euros, e cerca de 5,2 milhões de euros positivos em Reservas onde consta a cedência gratuita de imóveis a favor do Município, apesar de constar um acréscimo negativo de cerca de 5,8 milhões de euros em “Resultados Transitados”.
- ✓ O Passivo Total, registou uma diminuição de cerca de 12,2 milhões de euros, face ao mesmo período de 2014, motivado essencialmente pelo decréscimo das rubricas de “Dividas a Terceiros” em cerca de 17 milhões de euros (-10,7%), consequência da decisão política de liquidação de faturas em atraso com valores até 50 mil euros, bem como, de outros pagamentos e ainda da rubrica de “Acréscimos e Diferimentos” em cerca de 528,6 mil euros.
- ✓ De referir que o montante de Provisões para Riscos e Encargos na ordem dos 5,1 milhões de euros, foi constituído em Dezembro de 2014 e que poderá ter reflexos durante o período de resolução dos processos judiciais em curso.
- ✓ Foi também contabilizado no final de 2014, com reflexos no passivo de 2015, a dívida de médio e longo prazo para a subscrição das unidades de participação do Município de Portimão no Fundo de Apoio Municipal.

BALANÇO RELATIVO A 30 DE NOVEMBRO DE 2015

ACTIVO	30/11/2015			30/11/2014	30/11/2015		30/11/2014
	Ativo Bruto	Amortizações / Provisões	Ativo Líquido	Ativo Líquido	FUNDOS PRÓPRIOS + PASSIVO		
IMOBILIZADO	433 287 723	138 379 277	294 908 446	290 964 720	FUNDOS PRÓPRIOS		
Bens do domínio público	144 434 300	97 257 529	47 176 772	48 948 808	PATRIMÓNIO	218 641 157	218 672 673
Imobilizações Incorpóreas	3 246 053	2 816 704	429 349	555 554	AJUSTAMENTOS DE PARTES DE CAPITAL	486 365	486 365
Imobilizações Corpóreas	240 451 129	38 305 044	202 146 084	198 600 009	RESERVAS	91 087 934	85 856 530
Investimentos financeiros	45 156 241	0	45 156 241	42 860 349	RESULTADOS TRANSITADOS	-170 343 184	-164 680 806
EXISTÊNCIAS	129 005	0	129 005	169 555	RESULTADOS LÍQUIDOS DO EXERCÍCIO	-367 127	-9 848 889
DÍVIDAS DE TERCEIROS – M / LONGO PRAZOS:	478 184	0	478 184	542 600	TOTAL DOS FUNDOS PRÓPRIOS	139 505 145	130 485 873
DÍVIDAS DE TERCEIROS – CURTO PRAZO	9 880 148	2 387 200	7 492 948	12 135 965	PASSIVO		
DEPÓSITOS EM INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS E CAIXA	1 250 170	0	1 250 170	1 607 818	PROVISÕES PARA RISCOS E ENCARGOS	5 159 169	0
ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS	18 968 522	0	18 968 522	19 971 983	DÍVIDAS A TERCEIROS – M / LONGO PRAZOS	9 371 034	9 484 441
Acréscimos de proveitos	18 837 244	0	18 837 244	19 918 415	DÍVIDAS A TERCEIROS – CURTO PRAZO	130 885 829	147 594 036
Custos diferidos	131 278	0	131 278	53 568	ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS	38 306 100	37 828 291
					Acréscimos de custos	18 222 408	17 253 130
					Proveitos diferidos	20 083 691	20 575 161
TOTAL DE AMORTIZAÇÕES		138 379 277			TOTAL DO PASSIVO	183 722 131	194 906 767
TOTAL DE PROVISÕES		2 387 200			TOTAL DOS FUNDOS PRÓPRIOS E DO PASSIVO	323 227 277	325 392 640
TOTAL DO ACTIVO	463 993 753	140 766 477	323 227 277	325 392 640			

Da análise à Demonstração de Resultados, face ao período homólogo de 2014, há a destacar os seguintes comentários:

- ✓ O Resultado Líquido do Exercício, apesar de registar valor negativo em cerca de 367,1 mil euros no mês corrente obteve uma melhoria substancial em relação ao ano de 2014, pois o mesmo neste período apurou-se 9,8 milhões de euros negativos. Neste sentido podemos aferir que houve uma recuperação em cerca de 9,5 milhões de euros.
- ✓ Os Resultados Operacionais, tiveram um comportamento favorável nos onze meses de 2015, registando uma diferença superior em 3,9 milhões de euros (+142%) face a Novembro de 2014. Para tal, contribuiu para este resultado uma redução nos custos operacionais em cerca de 6% (-1,7 milhões de euros) e um ligeiro acréscimo dos proveitos operacionais em cerca de 8,8% (+2,3 milhões de euros).
- ✓ Analisando os Resultados Financeiros, e apesar de terem contribuído para o prejuízo (-2.442.027€), obtiveram uma melhoria significativa, diminuído cerca de 23,3%, face ao mesmo período de 2014.

De facto os Custos e Perdas Financeiros, registaram uma diminuição de cerca de 20,6% (-954,9 mil euros), no entanto, a receita financeira registou um ligeiro decréscimo de cerca de 14,6% (-211,2 mil euros).

BREVE ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA DO MUNICÍPIO DE PORTIMÃO – NOVEMBRO DE 2015

- ✓ Já no que concerne aos Custos e perdas Extraordinários, verificou-se uma melhoria face ao mesmo período de 2014, diminuindo em cerca de 53,1%. Relativamente aos Proveitos e Ganhos Extraordinários, obteve-se uma melhoria considerável de cerca de 48% (+1,3 milhões de euros).
- ✓ Neste sentido, a melhoria do Resultado Líquido do Exercício, está relacionada com a boa prestação dos Resultados Operacionais relativamente ao mesmo período do ano anterior, com um aumento nas rubricas dos Proveitos e Ganhos (Vendas e Prestações de Serviços (+30,3%), Impostos e Taxas (+11,3%), Proveitos Suplementares (+95,5%), Transferências e Subsídios Obtidos (+1,5%) e Outros proveitos e ganhos operacionais (+4,7%)) e uma diminuição dos Custos e Perdas (Custos Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas (-6,9%), Fornecimento e Serviços Externos (-14,6%), Transferências, Subsídios Correntes Concedidos e Prestações Sociais (-30%), Amortizações do Exercício (-6,6%) e Provisões do Exercício (-100%)), e uma melhoria dos Resultados Correntes com uma evolução em cerca de 4,7 milhões de euros (resultado de 2014 em cerca de - 6 milhões de euros).

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS A 30 DE NOVEMBRO DE 2015

Código Contas		30/11/2015	30/11/2014	Código Contas		30/11/2015	30/11/2014
	CUSTOS E PERDAS				PROVEITOS E GANHOS		
61	Custo mercadorias vendidas e das matérias consumidas:	336 320	361 062	71	Vendas e prestações de serviços:	733 445	562 994
62	Fornecimentos e serviços externos:	3 773 622	4 418 499	72	Impostos e taxas	18 900 230	16 981 117
64	Custos com o pessoal:	14 291 943	13 764 949	75	Trabalhos para a própria entidade	0	0
63	Transferências e subsídios correntes concedidos e prestações sociais	1 834 409	2 868 461	73	Proveitos suplementares	109 038	55 770
66	Amortizações do exercício	6 108 636	6 538 327	74	Transferências e subsídios obtidos	8 179 855	8 058 840
67	Provisões do exercício	0	476 537	76	Outros proveitos e ganhos operacionais	43 047	41 101
65	Outros custos operacionais	427 320	64 778				
	(A)	26 772 251	28 492 614		(B)	27 965 615	25 699 821
68	Custos e perdas financeiros	3 672 488	4 627 410	78	Proveitos e ganhos financeiros	1 230 461	1 441 661
	(C)	30 444 739	33 120 024		(D)	29 196 076	27 141 482
69	Custos e perdas extraordinários	3 061 884	6 533 311	79	Proveitos e ganhos extraordinários	3 943 420	2 662 964
	(E)	33 506 623	39 653 335				
88	Resultado líquido do exercício	-367 127	-9 848 889				
	(X)	33 139 496	29 804 446		(F)	33 139 496	29 804 446
Resumo:							
Resultados Operacionais: (B - A)		1 193 364	-2 792 793				
Resultados Financeiros: (D - B) - (C - A)		-2 442 027	-3 185 749				
Resultados Correntes: (D - C)		-1 248 663	-5 978 541				
Resultado Líquido do Exercício: (F - E)		-367 127	-9 848 889				

Cálculo das Capacidades de Endividamento do Município de Portimão

De acordo com o definido no Regime Financeiro das Autarquias Locais, o cálculo do limite da capacidade de endividamento, encontra-se espelhado no quadro seguinte:

LIMITES DE ENDIVIDAMENTO MUNICIPAL 2015			
(€)			
RECETAS MUNICIPAIS CORRENTES LIQUIDAS COBRADAS			
	ANO 2012		34 995 816,11
	ANO 2013		39 349 158,44
	ANO 2014		42 374 827,00
	TOTAL DAS RECETAS CORRENTES LIQUIDAS (ULTIMOS 3 ANOS)		116 719 801,55
	MÉDIA DAS RECETAS CORRENTES LIQUIDAS (ULTIMOS 3 ANOS)		38 906 600,52
	TOTAL DE RECEITAS A CONSIDERAR PARA EFEITOS DE CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO		38 906 600,52
	LIMITE AO ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO DE ACORDO COM O DISPOSTO NO N.º 1 DO ARTIGO 52.º DA LEI N.º 73/2013		58 359 900,78

Indicador de Limite da Dívida Total da Câmara Municipal de Portimão:

Assim, de acordo com o disposto no n.º1 do artigo 52.º, da Lei n.º 73/2013, de 3 de Setembro, o limite da dívida total de operações orçamentais do município, incluindo a das entidades previstas no artigo 54.º (serviços municipalizados e intermunicipalizados, entidades intermunicipais, entidades associativas municipais, empresas locais e participadas, as cooperativas e as fundações e entidades de outra natureza relativamente às quais se verifique...o controlo por parte do município...) não pode ultrapassar, em 31 de Dezembro de cada ano, 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada (pelo município e só por este) nos três exercícios anteriores. O n.º 2 do mesmo artigo define que a dívida total de operações orçamentais do município engloba os empréstimos, tal como definidos no n.º 1 do artigo 49.º (...incluindo aberturas de crédito junto de quaisquer instituições autorizadas por lei a conceder crédito...), os contratos de locação financeira e quaisquer outras formas de endividamento, por iniciativa dos municípios, junto de instituições financeiras, bem como todos os restantes débitos a terceiros decorrentes de operações orçamentais.

Sempre que um município não cumpra o limite no n.º 1 do artigo 52.º, da Lei n.º 73/2013, deve reduzir, no exercício subsequente, pelo menos 10% do montante em excesso, até que aquele limite seja cumprido, ou seja quando o município está em excesso deve reduzir o remanescente de endividamento num prazo de 10 anos.

BALANÇO - PASSIVOS FINANCEIROS EM NOVEMBRO DE 2015		(€)
CONTAS		
2312 Empréstimos Obtidos de m/l prazo		7 567 115,89
2681261 FAM - Médio Longo Prazo		1 803 917,72
		9 371 033,61
Dividas a terceiros - Curto Prazo		
2311 Empréstimos de curto prazo		3 000 000,00
2312 Componentes de Curto Prazo dos Empréstimos de Médio / Longo Prazo		7 188 790,81
2211 Fornecedores c/c		29 565 290,25
2212 Fornecedores c/c - Facturas em Factoring		57 160 281,20
228 Fornecedores - Facturas em Recepção e Conferencia		1 599 287,97
2611 Fornecedores de imobilizado, c/c		2 791 176,91
2613 Fornecedores de imobilizado c/c - Leasing		
2614 Fornecedores de imobilizado c/c - Facturas em Factoring		20 389 606,39
2618 Fornecedores de imobilizado c/c - Facturas em Recepção e Conferencia		65 386,74
24 Estado e outros entes públicos		400 721,09
252 Credores pela execução do orçamento		310 974,81
264 Administração autárquica		382 803,79
263+2684+26 Outros Credores		7 602 946,56
26856 Garantias e Cauções		401 439,73
219 Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes		27 122,77
		130 885 829,02
	TOTAL	140 256 862,63
TOTAL DA DIVIDAS A TERCEIROS		140 256 862,63
CONTRIBUIÇÃO SM/AM/SEL/ENT. PART		31 596 273,40
DIVIDA TOTAL		171 853 136,03
DIVIDAS DE OPERAÇÕES NÃO ORÇAMENTAIS		670 643,83
SUBSCRIÇÃO DAS UNIDADES DE PARTICIPAÇÃO FAM DE ACORDO COM AS ORIENTAÇÕES SATAPOCAL		2 131 899,61
DIVIDA TOTAL DE OPERAÇÕES ORÇAMENTAIS		169 050 592,59

Desta feita e de acordo com o anteriormente disposto e com a metodologia de cálculo (saldo credor das contas de terceiros – operações orçamentais em 30 de Novembro de 2015 = < 1,5[(Receita Corrente Líquida N-1 + Receita Corrente Líquida N-2 + Receita Corrente Líquida N-3)/3]), no mês de Novembro de 2015 o município de Portimão, **excede o limite da dívida total municipal em cerca de 110.690.692€.**

Comparativamente com o período homólogo do ano de 2014 constata-se um aumento no excedente do limite da dívida em 20,8 milhões de euros, devido ao cumprimento da lei que estipula a contribuição das dívidas das empresas participadas pelo Município e o cálculo ao limite ao endividamento líquido ser ligeiramente superior na ordem dos 58,4 milhões de euros (56,6 milhões de euros em 2014).

SITUAÇÃO DO MUNICÍPIO DE PORTIMÃO EM NOVEMBRO DE 2015 FACE AO LIMITES		
ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO	Excesso	110 690 691,82
	Margem	

Prazo médio de pagamento

De acordo com a fórmula de cálculo do prazo médio de pagamentos (PMP) efetuada pela DGAL – Direcção Geral das Autarquias Locais, o Prazo Médio de Pagamento (PMP) do Município de Portimão, no terceiro trimestre de 2015, última informação disponível por parte da DGAL, ascendeu a 1.776 dias, registando uma tendência sempre decrescente desde o início de Janeiro de 2015. O último registo deste indicador detinha 2.218 dias, neste sentido até Setembro foi possível reduzir em 443 dias.

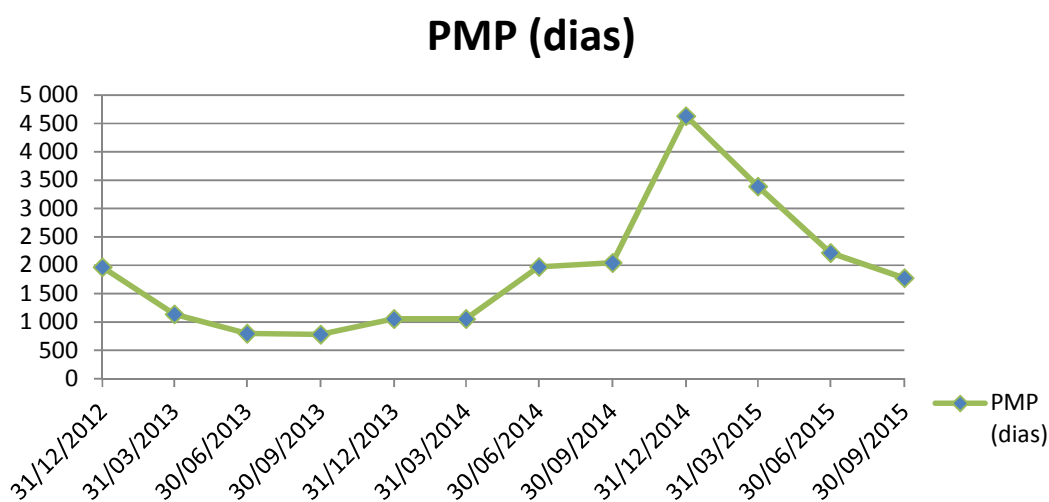
Comparativamente com o período homólogo de 2014, o prazo medio de pagamento diminuiu 269 dias.

Invocando o Anuário e em termos comparativos com o final do ano de 2014, a média do universo dos Municípios em estudo, apresentou um Prazo Médio de Pagamentos de 110,7 dias e a média do PMP dos Municípios com PMP superior a 90 dias é de 386,4 dias. Neste mesmo período, o Município de Portimão detinha como índice 4.628 dias, conforme consta no quadro seguinte.

EVOLUÇÃO DO PMP (em dias) CÁLCULADO PELOS CRITÉRIOS DGAL

Data	31/12/2012	31/03/2013	30/06/2013	30/09/2013	31/12/2013	31/03/2014	30/06/2014	30/09/2014	31/12/2014	31/03/2015	30/06/2015	30/09/2015
PMP (dias)	1970	1140	801	780	1054	1055	1974	2044	4628	3391	2218	1776

Fonte:DGAL - Direcção-Geral das Autarquias Locais



Contudo, não deixa de ser importante referir, que o cálculo do PMP – Prazo Médio de Pagamento está negativamente influenciado pela titularização de faturas em operações financeiras, nomeadamente, “factoring” que, por dificuldades de tesouraria do município de Portimão, têm vindo a serem

prorrogadas com o acordo das instituições financeiras. Com a operacionalização do instrumento financeiro FAM, este índice (PMP) reduzirá drasticamente.

Para o cálculo do índice, a DGAL efetua o apuramento com base nos dados recolhidos junto dos Municípios, nos últimos quatro trimestres, utilizando para tal a fórmula de cálculo:

$$PMP = \frac{\sum_{i=1}^4 DF}{\sum_{i=1}^4 A} \times 365$$

Para o cálculo das Demonstrações Financeiras (DF), recorre-se ao somatório dos saldos das contas 22, 252, 261 265, 266 e a 267 sendo efetuado uma média referente aos últimos quatro trimestres.

Relativamente à aquisição de bens e serviços efetuados em cada trimestre (A), o cálculo do índice recorre-se aos saldos das contas 31, 62, 42,445 e 45. Importa referir que se tratar de somatório dos quatro últimos trimestres.

Pagamentos em atraso

De acordo com o disposto na legislação em vigor, nomeadamente, a Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso e no Orçamento do Estado para o ano de 2015, o Município de Portimão não pode ter Pagamentos em Atraso num mês superiores ao do mês anterior.

Na verdade, o Município está obrigado a reportar mensalmente à DGAL – Direção-Geral das Autarquias Locais, o resultado dos Pagamentos em Atraso.

A evolução do cálculo dos pagamentos em atraso tem sido gradualmente positiva, tendo vindo a registar-se um decréscimo sustentado, conforme quadro seguinte:

EVOLUÇÃO DOS PAGAMENTOS EM ATRASO DO MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

DATA	28/02/2015	31/03/2015	30/04/2015	31/05/2015	30/06/2015
MONTANTE PA	85 631 545,36 €	85 405 195,38 €	80 488 990,88 €	79 296 223,20 €	30 484 661,95 €
DATA	31/07/2015	31/08/2015	30/09/2015	31/10/2015	30/11/2015
MONTANTE PA	5 992 976,39 €	5 545 847,97 €	5 518 840,90 €	5 253 262,51 €	5 128 272,58 €

Fonte: DGAL - Direção-Geral das Autarquias Locais

No entanto, importa referir que o decréscimo abrupto registado desde o mês de Junho de 2015, foi motivado pela celebração de um conjunto de acordos de regularização da dívida entre o Município e os seus credores, no âmbito do procedimento FAM que teve influência muito positiva neste índice.

Fundo disponíveis

Este indicador demonstra a capacidade de o Município de Portimão proceder a novos compromissos (processo de despesa).

O cálculo do F.D., em 2014, registou oscilações negativas acima dos 100 milhões de euros.

Em 2015, verificou-se uma inversão muito positiva no comportamento do indicador, ao qual, não será alheio o esforço de pagamentos efetuados pelo Município, bem como, a celebração de acordos de regularização de dívida entre o Município e os seus credores, atingindo em Novembro de 2015 os 39,2 milhões de euros negativos.

EVOLUÇÃO DOS FUNDOS DISPONÍVEIS DO MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

DATA	28/02/2015	31/03/2015	30/04/2015	31/05/2015	30/06/2015
MONTANTE PA	- 96 750 532,74 €	- 92 431 127,72 €	- 84 905 744,18 €	- 85 056 934,90 €	- 29 904 974,76 €
DATA	31/07/2015	31/08/2015	30/09/2015	31/10/2015	30/11/2015
MONTANTE PA	- 43 943 037,71 €	- 38 948 111,27 €	- 44 417 493,02 €	- 50 417 228,66 €	- 39 229 886,42 €

Fonte: DGAL - Direcção-Geral das Autarquias Locais

REGRA DO EQUILÍBRIO ORÇAMENTAL

De acordo com o art. 40º da Lei n.º 73/2013, de 03 de Set. (RFALEI), deverá o Município respeitar a regra de “Equilíbrio orçamental”, o qual consiste:

“1 - Os orçamentos das entidades do setor local preveem as receitas necessárias para cobrir todas as despesas.

2 - Sem prejuízo do disposto no número anterior, a receita corrente bruta cobrada deve ser pelo

menos igual à despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazos.

3 – O resultado verificado pelo apuramento do saldo corrente deduzido das amortizações pode registar, em determinado ano, um valor negativo inferior a 5% das receitas correntes totais, o qual é obrigatoriamente compensado no exercício seguinte.

4 – Para efeitos do disposto no n.º2, considera-se amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazos o montante correspondente à divisão do capital contraído pelo número de anos do contrato, independente do seu pagamento efetivo”.

Por seu lado, o art. 83º do mesmo diploma legal, intitulado de “Disposições finais e transitórias”, prevê ainda, relativamente ao equilíbrio orçamental, que:

“Para efeitos do n.º 4 do artigo 40º, no caso de empréstimos já existentes quando da entrada em vigor da presente lei, considera-se amortizações médias de empréstimos o montante correspondente à divisão do capital em dívida à data da entrada em vigor da presente lei pelo número de anos de vida útil remanescente do contrato.”

De referir que o cumprimento da referida regra de equilíbrio orçamental deve ser garantido, em cada ano económico, no momento da elaboração do orçamento, as respetivas modificações e na prestação de contas.

CÁLCULO DO DESVIO DA REGRA DE EQUILÍBRIO ORÇAMENTAL NO FINAL DE NOVEMBRO DE 2015, DE ACORDO COM A PROPOSTA DE ORÇAMENTO DA DESPESA E DAS GRANDES OPÇÕES DO PLANO

Un: euros

CÁLCULO PREVISIONAL DA REGRA DE EQUILÍBRIO ORÇAMENTAL PARA NOVEMBRO DE 2015, DE ACORDO COM O DISPOSTO NO ARTIGO 40.º, DA LEI N.º 73/2013	CÁLCULO DA REGRA DE EQUILÍBRIO ORÇAMENTAL								
	COMPROMISSOS ASSUMIDOS			FACTURADO			DESPESA PAGA		
	DO EXERCÍCIO ANTERIOR	DO EXERCÍCIO	TOTAL	DO EXERCÍCIO ANTERIOR	DO EXERCÍCIO	TOTAL	DO EXERCÍCIO ANTERIOR	DO EXERCÍCIO	TOTAL
A - Receitas Correntes Novembro de 2015	37 130 902 €	37 130 902 €	37 130 902 €	37 130 902 €	37 130 902 €	37 130 902 €	37 130 902 €	37 130 902 €	37 130 902 €
B - Amortização média dos EMLP	1 625 768 €	1 625 768 €	1 625 768 €	1 625 768 €	1 625 768 €	1 625 768 €	1 625 768 €	1 625 768 €	1 625 768 €
C- Montante Máximo das Despesas Correntes a	35 505 135 €	35 505 135 €	35 505 135 €	35 505 135 €	35 505 135 €	35 505 135 €	35 505 135 €	35 505 135 €	35 505 135 €
Considerar (A-B)									
D - Despesas Correntes Novembro 2015	35 636 933 €	32 552 074 €	68 189 007 €	35 550 841 €	74 260 284 €	109 811 124 €	13 784 155 €	21 953 176 €	35 737 331 €
Desvio do Cálculo da Regra do Equilíbrio Orçamental	-131 798 €	2 953 061 €	-32 683 872 €	-45 706 €	-38 755 149 €	-74 305 990 €	21 720 979 €	13 551 959 €	-232 197 €
Previsional Para Novembro de 2015									

No mapa em epígrafe consta o valor da receita corrente bruta realizada até Novembro de 2015, que

corresponde às rubricas dos capítulos 01 a 08 do classificador económico previsto no DL n.º 26/2002 de 14 de Fevereiro, na ordem dos 37.130.902€;

Por seu lado, o cálculo da amortização média do conjunto de empréstimos de médio e longo prazos vivos, prevista no art. 40º, n.º 2, do RFALEI, corresponde à soma da amortização média de cada um dos empréstimos em vigor, calculada nos termos referidos anteriormente, que em Novembro de 2015 ascendia a 1.625.768€;

A despesa corrente realizada até Novembro de 2015, corresponde às rubricas que integram os agrupamentos 01 a 06 do classificador económico previsto no DL n.º 26/2002, de 14 de Fevereiro, na ordem dos 35.737.331€.

Deste modo, o Município de Portimão, de acordo com a análise e considerando a execução orçamental para o Novembro de 2015, está em incumprimento relativamente à regra de equilíbrio orçamental, já que a receita corrente bruta cobrada é inferior à soma da despesa corrente paga com o valor da amortização média dos EMLP. De salientar que o desvio calculado da regra do equilíbrio orçamental é inferior a -0,6% (-232.197€) à receita corrente bruta cobrada, no entanto enquadra-se na margem preconizada pela lei sendo compensado no exercício seguinte.

Conclusão

O ano de 2015, será caracterizado pela candidatura do Município de Portimão ao procedimento do FAM. Por seu lado, o orçamento da receita e da despesa do Município para o ano de 2015, está em linha com o Plano de Ajustamento Financeiro aprovado pela Assembleia Municipal de Portimão e ainda em vigor, verificando-se os seguintes desequilíbrios estruturantes:

- **Fraca execução orçamental da Receita, na ordem dos 22% (42.672.026€), face ao orçamentado (193.873.058€), onde consta inscrito um passivo financeiro ainda a receber referente ao empréstimo no âmbito do FAM.**
- **Fraca execução orçamental da Despesa, na ordem dos 22,3% (43.244.417€), face ao orçamentado, motivado pela dívida acumulada. Espera-se uma reversão com a operacionalidade dos empréstimos FAM.**
- **Redução considerável nos compromissos assumidos e não pagos, que em Novembro de 2015 ascenderam a 54,5 milhões de euros, (-62,4% face ao mesmo período de 2014).**
- **Inexistência de Fundos Disponíveis;**
- **Elevadíssimo índice do prazo médio de pagamentos, apesar da redução das dívidas a fornecedores**
- **Redução do Prazo Médio de Pagamentos em cerca de 443 dias face à última avaliação (30/06/2015).**
- **Reduzida capacidade do Município recorrer a produtos financeiros, nomeadamente com factoring e empréstimos de curto, médio e longo prazo, apenas FAM;**
- **Excesso de endividamento Líquido Municipal em cerca de 110,7 milhões de euros, motivado pela contribuição da dívida das empresas participadas do Município (Portimão Urbis E.M. S.A. – em Liquidação).**
- **Melhoria na receita, com um acréscimo de 12,5% face ao ano de 2014**

- **Melhoria na execução da receita, com um acréscimo de 1,7% face ao ano de 2014.**
- **Incumprimento da regra de equilíbrio orçamental, onde a receita corrente bruta cobrada é inferior à soma da despesa corrente paga com o valor da amortização média dos EMLP, apurando-se um saldo inferior em -0,6%.**